



**Evento cultural como ato de resistência:
Ferro's Bar e a manifestação da comunidade lésbica na Ditadura Militar**

**Cultural event as an act resistance:
Ferro's Bar and the lesbian community's protest during the Military Dictatorship**

Luana Souza Lungaretti¹
Gusttavo Davi Oliveira Marcelino²
Maria Luiza Rodrigues Silva³
Marcelle Silva Duarte⁴
Fernanda Castilho⁵
Margibel A. de Oliveira⁶

Resumo: A pesquisa analisa a manifestação de 1983 no Ferro's Bar como evento cultural e ato de resistência do movimento lésbico. A partir de revisão bibliográfica e entrevistas, evidencia-se que o evento marcou o início da mobilização coletiva e da afirmação identitária, rompendo o silenciamento e contribuindo para a construção de espaços de visibilidade lésbica no Brasil.

Palavras-chave: Ferro's Bar; Movimento lésbico; Resistência; Ditadura militar; Visibilidade LGBTQIA+.

Abstract: This study examines the 1983 demonstration at Ferro's Bar as a cultural event and an act of resistance by the lesbian movement. Based on a literature review and interviews, the research highlights that the event marked the beginning of collective mobilization and identity affirmation, breaking silences and contributing to the creation of spaces for lesbian visibility in Brazil.

Keywords: Ferro's Bar; Lesbian movement; Resistance; Military dictatorship; LGBTQIA+ visibility.

¹ Recém-graduada no curso de Eventos na Faculdade de Tecnologia de Barueri. E-mail: lualungaretti1@gmail.com

² Recém-graduado no curso de Eventos na Faculdade de Tecnologia de Barueri. E-mail: gustta20@gmail.com

³ Recém-graduada no curso de Eventos na Faculdade de Tecnologia de Barueri. E-mail: marianasilvela@gmail.com

⁴ Recém-graduada no curso de Eventos na faculdade de Tecnologia de Barueri. E-mail: m.lubithu@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora da Fatec Barueri, dos CST em Eventos e Design de Mídias Digitais, do Centro Paula Souza. Professora do Mestrado em Produção de Conteúdo Multiplataforma da UFSCar (PPGPCM). E-mail: fernanda.santana@fatec.sp.gov.br

⁶ Coorientadora do trabalho. Professora da Fatec Barueri, dos CST em: Gestão do Comércio Eletrônico, Comércio Exterior, Design de Mídias Digitais e Transporte Terrestre, do CPS - Centro Paula Souza. E-mail: dramargibeloliveira@gmail.com



Introdução

Os eventos culturais frequentemente podem atuar como agentes de transformação, refletindo as dinâmicas sociais e culturais de uma época e proporcionando espaços para a expressão de identidades coletivas e resistência. Esse papel se torna particularmente relevante em períodos de repressão, como durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando a censura limitou severamente as vozes públicas de grupos marginalizados (Santos, 2013; Melo, 2012).

A manifestação de 19 de agosto de 1983 no Ferro's Bar, em São Paulo, marcou a luta por visibilidade e direitos das lésbicas no Brasil, sendo reconhecida como a primeira manifestação lésbica do país (Pereira, 2019). Esse evento histórico resultou na criação do Dia Nacional do Orgulho Lésbico, reafirmando sua importância na construção de identidades e na reivindicação de espaços políticos e sociais (Oliveira, 2017; Eddine *et al.*, 2021; Peita, 2022).

A literatura indica que o evento também teve importância política, com a atuação do Grupo Ação Lésbica Feminista (Galf) e a disseminação do boletim *ChanacomChana*, além da contribuição da imprensa alternativa, como o *Lampião da Esquina*, que, mesmo liderado por homens, abriu espaços para as demandas lésbicas, estimulando a criação de uma voz própria para o movimento (Eddine *et al.*, 2021).

Este artigo focado na análise da manifestação no Ferro's Bar, visa compreender o impacto dos eventos culturais como agentes de mudança social e reconhecimento identitário. A abordagem metodológica combina revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com mulheres que participaram do evento ou possuem conhecimento direto sobre ele. O acesso às pessoas entrevistadas foi facilitado por meio de grupos de jornalistas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Eca-usp).

O estudo também examina os processos de organização e comunicação do evento, destacando como essas dinâmicas se desenvolveram em um contexto de repressão à livre expressão. Em última instância, esta pesquisa se propõe a destacar o papel essencial da visibilidade lésbica e das mulheres dentro da história do movimento LGBTQIAPN+, ampliando a compreensão da importância de eventos culturais na preservação da memória coletiva e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.



1. A importância dos eventos culturais na construção social, política e cultural

Os eventos podem ser compreendidos como acontecimentos planejados, delimitados no tempo e no espaço, criados com objetivos específicos que vão desde celebrações a processos de mobilização coletiva. Para Zanella (2012), eles consistem em concentrações de pessoas realizadas em local e data definidos, com finalidades diversas, como celebrações sociais, religiosas, culturais ou científicas. Essa perspectiva evidencia que os eventos não se limitam à esfera do entretenimento, mas configuram momentos singulares que expressam significados sociais e culturais.

Entre essas tipologias, os eventos culturais se destacam por sua capacidade de romper com a rotina e criar espaços de visibilidade para manifestações artísticas e identitárias. Getz (1991a; 1991b) ressalta que esses eventos concentram atividades em um período delimitado, com programação específica, oferecendo experiências que promovem diversidade e ampliam o acesso a diferentes formas de cultura. Nesse sentido, a autenticidade, apontada por Osti e McCartney (2007), torna-se fundamental, pois é por meio da expressão genuína de tradições, símbolos e práticas que tais eventos se consolidam como espaços de legitimação cultural.

Sob essa perspectiva, determinadas manifestações culturais ultrapassam o caráter comemorativo e assumem o papel de marcos políticos e sociais. Jasper (2016) destaca que movimentos sociais, ao se articularem fora dos canais institucionais, utilizam diferentes estratégias coletivas para promover transformações jurídicas e sociais. De maneira complementar, o periódico *Política & Sociedade* (2014) observa que esses movimentos se organizam em redes de militância voltadas à construção de significados políticos e culturais compartilhados. Nesse sentido, eventos culturais podem assumir papel de resistência ao transformar espaços de sociabilidade em arenas de afirmação identitária e de reivindicação política, especialmente em contextos de invisibilidade social.

Conforme lembra Bauman (2012), a cultura é elemento essencial da realidade social, sendo responsável por moldar percepções e comportamentos coletivos. Portanto, ao analisarmos eventos culturais sob essa ótica, compreendemos que eles não apenas preservam e divulgam práticas simbólicas, mas também produzem transformações sociais e políticas duradouras, consolidando-se como marcos fundamentais na construção da vida em sociedade.



2. A ditadura militar e o contexto de repressão no Brasil

O golpe militar de 1964 inseriu o Brasil em um período de forte repressão política e social, resultado de tensões acumuladas desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Entre disputas econômicas e políticas, o país enfrentava conflitos entre projetos de desenvolvimento distintos: o nacionalismo de Vargas e Dutra, pressões do imperialismo em busca de modernização econômica, a resistência conservadora do setor rural e a crescente influência da esquerda inspirada pela União Soviética (Dreyfuss, 1981). Esse cenário criou uma instabilidade que fragilizou a democracia e preparou o terreno para a intervenção militar.

Sob o pretexto de conter a ameaça comunista e restaurar a “ordem”, os militares depuseram o presidente João Goulart em 1º de abril de 1964. As reformas propostas por Goulart, voltadas à justiça social e à redistribuição de terras, foram percebidas como ameaças à elite econômica e aos interesses conservadores. O plebiscito de 1963, que restabeleceu o presidencialismo com ampla aprovação popular, intensificou a oposição militar (Santos, 2013), enquanto a instabilidade gerada pela renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de Goulart serviu como justificativa narrativa para o golpe (Fausto, 2010).

Após a tomada do poder, os militares buscaram legitimar sua ação sob a justificativa de restaurar a ordem e implementar a “Revolução”, apresentando o regime como expressão da vontade da Nação e assumindo poderes constituintes para manter a continuidade da Constituição (BRASIL, 1964). Apesar dessa narrativa de legalidade, o regime estruturou um aparato repressivo que restringiu liberdades políticas e sociais, perseguindo opositores de maneira seletiva e sistemática. A centralização do poder nas mãos das Forças Armadas e a reorganização do Estado favoreceram a repressão clandestina e ilegal, incluindo assassinatos, torturas e desaparecimentos de líderes políticos, enquanto estratégias de intimidação e propaganda difundiam medo entre a população (História e Cultura, 2021; Mattos, 2014). Mesmo diante dessa violência, mobilizações estudantis e de outros setores continuaram evidenciando a persistência da resistência e preparando o terreno para a emergência de movimentos sociais mais estruturados.

Nas décadas de 1960 e 1970, transformações culturais ligadas à sexualidade e aos costumes desafiaram o moralismo estatal. Os ideais da chamada “revolução sexual” entravam



em choque com os rígidos códigos hegemônicos de família, religião e sexualidade normativa (Nunes; Wolff, 2020; Green, 2000, 2003). O controle sobre a sexualidade, como mecanismo de dominação social, era parte do aparato de repressão do regime, limitando não apenas a liberdade política, mas também a expressão de identidades e desejos (Marcuse, 1955).

Dentro desse contexto, emergiram novas formas de resistência, abrindo espaço para movimentos sociais que, mais tarde, dariam visibilidade a pautas de minorias sexuais e de gênero. A articulação de redes culturais, artísticas e políticas começou a criar espaços de contestação e reafirmação identitária, conectando a luta contra a ditadura à construção de um ativismo que, nas décadas seguintes, consolidaria a comunidade LGBTQIA+.

2.1. Movimento LGBTQIA+ e a comunidade lésbica na ditadura

A luta em favor dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que mais tarde seria reconhecida sob a sigla LGBT, no Brasil surgiu vinculada à crescente oposição ao regime militar e começou a se organizar por volta de 1978, quando ainda era identificada principalmente como *movimento homossexual*, conforme divulgado pelo jornal *Lampião da Esquina*. Esse marco representou um avanço significativo na luta por igualdade. Para Gohn (1995), os movimentos sociais são definidos como ações coletivas de caráter sociopolítico, realizadas por atores sociais que pertencem a diversas classes e camadas sociais. Esses grupos buscam politizar suas demandas, estabelecendo um campo de força social dentro da sociedade civil.

Seguindo este pressuposto, conforme Haubert (2012), um grupo homossexual desempenha um papel semelhante ao de um sindicato, unindo forças para combater a discriminação e pressionar o poder público. O objetivo é assegurar os direitos de cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais.

A partir dessa organização, os grupos também se estruturaram para discutir os principais problemas enfrentados pela comunidade, oferecendo apoio emocional, fortalecendo a autoestima, promovendo, a partir da década de 1980, ações de prevenção ao HIV/AIDS e a outras DSTs, além de planejarem iniciativas para combater a homofobia. Além disso, buscavam divulgar informações positivas sobre a homossexualidade e conscientizar a comunidade LGBT sobre a importância da luta por seus direitos (Maia *et al.*, 2013).



Enquanto isso, no cenário internacional, o movimento lésbico começa a se destacar no mundo ocidental no final da década de 1960. Ele surge associado ao "movimento homossexual" e fundamenta-se nas críticas da segunda onda do feminismo, que coloca o patriarcado como um elemento central na análise da dominação e opressão das mulheres pelos homens. (Falquet, 2009).

No entanto, o movimento lésbico não apenas reproduzia as pautas dos movimentos feminista e homossexual, mas também elaborava críticas próprias. Como observa Lhomond (2009, p. 234), ele atua como “a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais”. Contudo, as integrantes do movimento lésbico passaram a denunciar o machismo e a misoginia presentes inclusive no movimento homossexual, o que resultou em hostilidade e marginalização das pautas femininas.

Diante dessa exclusão, as lésbicas sentiram a necessidade de criar seus próprios espaços, levando à fundação do Grupo Lésbico-Feminista (LF) entre 1979 e 1981. Da mesma forma, no movimento homossexual brasileiro, particularmente no Grupo Somos, elas se percebiam marginalizadas, pois suas identidades e questões não eram abordadas com equidade. Isso resultou na criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), que atuou de 1981 a 1989 (Fernandes, 2019).

Paralelamente, o surgimento da imprensa alternativa se destacou como um importante instrumento de resistência no Brasil durante esse período, desempenhando atividades jornalísticas que desafiavam a normatividade vigente. Esses veículos de comunicação buscavam ir além do lucro e dos princípios capitalistas que dominavam a época, focando em questões sociais e políticas relevantes (Ferreira, 2010).

Nesse contexto, a fundação de mídias alternativas, como o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) e o boletim *ChanacomChana* (1981-1987), que discutiam questões cotidianas, culturais e políticas, constituiu um marco significativo na luta pelo reconhecimento das demandas e direitos da população homossexual, denominação utilizada naquele período (Eddine *et al.*, 2021). A seguir, exploraremos o papel dessas publicações na construção da visibilidade e suporte à comunidade, que mais tarde passou a ser representada pela sigla LGBTQIA+.



2.2. Impresas alternativas na ditadura

O *Lampião de Esquina* surgiu dentro da imprensa alternativa dos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970, sendo o primeiro veículo de distribuição em massa voltado para o debate sobre os direitos das minorias, especialmente a homossexualidade (Moretti-Pires *et al.*, 2018, p. 3). Sua criação coincidiu com a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), marcando o início de um processo de abertura política que se consolidaria com a Constituição Federal de 1988. (Eddine *et al.*, 2021).

Todavia, o *Lampião da Esquina* se baseava em uma equipe editorial exclusivamente masculina, dedicou parte de suas edições a discutir questões levantadas por mulheres lésbicas. Essa abordagem gerou nelas a percepção da necessidade de um espaço próprio para que suas demandas fossem plenamente atendidas. Em resposta, as lésbicas se uniram para criar um periódico que refletisse suas necessidades e desejos, resultando no surgimento do *ChanacomChana*. Essa busca por visibilidade pelas mulheres é uma luta histórica (Eddine *et al.*, 2021).

ChanacomChana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos a existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande -sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas as suas facetas politicamente minoritárias) (Jornal Chanacomchana, 1981, p. 4).

Sendo assim, a distribuição do *ChanacomChana* foi um marco significativo para a representatividade lésbica durante a ditadura civil e militar. Nesse contexto de repressão, censura e medo, as formas de resistência e as lutas das mulheres lésbicas no Brasil foram reconfiguradas (Ire *et al.*, 2019).

O boletim, apoiado e divulgado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminina (Galf) e pelo Grupo Lésbico-Feminista (Lf), atendia a diversas necessidades das mulheres lésbicas, sempre com um recorte político da lesbianidade em suas abordagens (Campos, 2014). Campos ainda ressalta em sua pesquisa que: “[...] a visibilidade é fundamental como afirmação da existência



de uma parcela da população que possui especificidades a serem atendidas” (Campos, 2014, p. 21). Nesse sentido, a conquista de visibilidade não apenas afirmava a existência dessas mulheres, mas também possibilitava a luta pela garantia e manutenção de direitos fundamentais, assegurando que tivessem acesso aos mesmos direitos concedidos aos demais cidadãos.

De tal forma, o Ferro's Bar se destacou como o principal espaço de divulgação do boletim, atuando como um ponto estratégico para amplificar as vozes e demandas da comunidade lésbica. No entanto, a comercialização do *Chanacomchana* não ocorreu sem desafios, exigindo grande esforço e enfrentamento por parte das ativistas para garantir que suas mensagens fossem ouvidas e respeitadas durante a repressão da Ditadura Civil-Militar (Oliveira, 2017).

Adiante, abordaremos o papel do Ferro's Bar na promoção da resistência cultural lésbica, analisando como esse espaço impulsionou a manifestação e a divulgação das demandas da comunidade em um contexto de repressão, com base nos resultados obtidos na pesquisa qualitativa.

3. Um espaço de análise: Ferro's Bar

O Ferro's Bar foi inaugurado em 1961 na Rua Martinho Prado, no centro de São Paulo, em uma região conhecida como Boca do Luxo, que concentrava intensa vida boêmia, marcada por danceterias, inferninhos, bares, consumo de drogas e prostituição.⁷ Inicialmente, o bar funcionava como um espaço de socialização amplo, frequentado por jornalistas, intelectuais, militantes políticos, artistas, mulheres periféricas e prostitutas, sendo um ponto de encontro que refletia as diferentes dinâmicas sociais da cidade (Peita, 2022). A diversidade de seu público tornou o Ferro's Bar um espaço de circulação cultural e política, ainda que sem intenção explícita de ativismo nos primeiros anos de funcionamento.

Com o passar do tempo, especialmente a partir do final da década de 1960, o Ferro's Bar passou a ser referência para a comunidade lésbica em São Paulo, assumindo um papel central na articulação política das mulheres que o frequentavam. Nesse contexto, o bar tornou-

⁷ Ferro's Bar, Memorial da Resistência. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 31 out. 2024.



se um local estratégico para a organização do grupo Lésbica-Feminista (LF), vinculado ao SOMOS, sendo também espaço de circulação do boletim ChanacomChana, produzido pelas militantes para fortalecer a identidade política lésbica e promover a visibilidade do movimento (Pereira, 2019; Peita, 2022). A proibição da venda do boletim dentro do Ferro's pelos proprietários do local culminou, em 19 de agosto de 1983, no que ficou conhecido como Levante do Ferro's Bar, consolidando a importância do bar como espaço de resistência e mobilização política.⁸

Apesar de não contar com políticas públicas de preservação, pesquisa ou sinalização de sua importância histórica, o Ferro's Bar representou um espaço seguro e simbólico, onde identidades lésbicas e LGBT podiam se afirmar e socializar (Carvalho, 2023). O bar funcionava como um ambiente de encontro e articulação, permitindo que mulheres construíssem redes de apoio, compartilhassem experiências e discutissem pautas políticas, culturais e de resistência. Nessa perspectiva, o Ferro's Bar transcendia o papel de simples espaço de lazer, tornando-se um ponto estratégico de consolidação de identidades e fortalecimento do movimento lésbico.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a vivência lésbica no Ferro's Bar e o papel da manifestação cultural que ali se consolidou, realizamos uma pesquisa de campo que incluiu entrevistas com quatro mulheres. Apesar de apresentarem diferenças quanto à origem, raça e posição social, todas compartilham a identidade comum de serem lésbicas que frequentaram o Ferro's Bar durante o período da ditadura militar, vivenciando tanto o contexto anterior quanto posterior à manifestação cultural.

3.1. Vivência lésbica no Ferro's Bar: O ativismo e resistência

Durante a ditadura militar, a falta de referências sobre a vivência lésbica e a ausência de espaços seguros dificultavam o processo de aceitação pessoal. As entrevistadas mencionaram que, diante desse contexto, muitas vezes acreditavam ter problemas psicológicos ou não compreendiam seus sentimentos (Entrevistadas, 2025). Nesse cenário, a primeira visita ao Ferro's Bar foi descrita como uma experiência marcante, proporcionando um forte sentimento de pertencimento e a chance de se reconhecerem em outras mulheres.

⁸ Ferro's Bar, Memorial da Resistência. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 31 out. 2024.



Apesar dessa sensação inicial, o ambiente do Ferro's Bar impunha restrições. Administrado por três portugueses, o local não permitia demonstrações de afeto, como andar de mãos dadas ou trocar carinhos. Como destacou uma das participantes: "Era mais porque a gente consumia, não que o dono queria que estivéssemos lá" (Entrevistada 2, 2025). Assim, o bar representava ao mesmo tempo um refúgio e uma continuidade da repressão social. Como reforça Oliveira (2017, p. 12), "tolera-se, em maior ou menor grau, a existência das lésbicas, mas desde que não demonstrávamos afetividade em público".

O Ferro's Bar foi se tornando, ao longo dos anos, um ponto de encontro fundamental para ativistas lésbicas, onde se debatiam questões centrais para a comunidade. Contudo, nem todas as mulheres se sentiram encorajadas a participar ativamente das manifestações e do ativismo, muitas por receio das consequências pessoais e familiares. A Entrevistada 1 relatou que, por medo da reação de sua família ao saber da sua orientação sexual, preferiu não se engajar diretamente nas ações, embora tenha acompanhado de perto os debates e protestos. Ela lembra com tristeza da violência policial e da expulsão das mulheres do bar.

A Entrevistada 2, por sua vez, compartilhou uma experiência similar, destacando suas dificuldades pessoais: "Eu já era mãe com 19 anos, tinha que trabalhar, pobre, preta e de periferia. Então eu não tinha coragem de participar do ativismo." (Entrevistada 2, 2025) Segundo ela, as ativistas lésbicas eram um grupo fechado, composto principalmente por mulheres brancas, filhas de famílias influentes e financeiramente bem estabelecidas, o que facilitava sua participação no movimento. Esse contexto tornava a ativista de periferia, como a entrevistada, mais vulnerável a represálias, o que dificultava sua participação.

A Entrevistada 3, por sua vez, relatou uma experiência de curiosidade misturada com medo:

Era um local de resistência e coragem, eu tinha curiosidade, mas muito medo de ir, receio do que poderia acontecer comigo. Eu ficava apenas de longe, curiosa, tentando entender o que estava acontecendo, sem ter a noção da importância que esses marcos tinham para as pessoas entendidas⁹. (Entrevistada 3, 2025).

⁹ Pessoas entendidas" refere-se a indivíduos que se identificam com a sigla LGBTQIA+, que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outras orientações sexuais e identidades de gênero.



Apesar do ambiente de resistência e acolhimento oferecido pelo Ferro's Bar, a repressão ainda se fazia presente, limitando a liberdade das militantes. O ponto de virada aconteceu em 23 de julho de 1983, quando um dos donos, junto com segurança e porteiro, tentou expulsar as pessoas ativistas do Galf de forma definitiva, após tentativas frustradas de impedir a venda do boletim no bar. Esse confronto, marcado por violência, foi o estopim para o levante que se seguiria, dando início a uma movimentação de resistência mais organizada no espaço, que ficaria na história como um marco importante para a comunidade lésbica (Oliveira, 2017, p. 12).

Diante desse contexto, o Ferro's Bar se tornou o palco de uma manifestação que não apenas resistiu, mas também se consolidou como um importante evento cultural na luta lésbica.

3.2. O levante lésbico como manifestação cultural

O levante no Ferro's Bar, ocorrido em 19 de agosto de 1983, foi uma resposta direta à violência e repressão sofridas pelas ativistas lésbicas. Organizado através de panfletos entregues na porta do bar, que indicavam data e horário do evento, e pela divulgação boca a boca, o protesto contou com a presença de militantes lésbicas, feministas e simpatizantes. A ação exigia que o dono do bar permitisse a venda do boletim *Chanacomchana* dentro do estabelecimento, algo que já havia sido combatido com violência, com até bancas sendo queimadas (Entrevistada 4, 2025).

Além disso, a manifestação contou com o apoio de outros grupos LGBT e feministas, e até mesmo a presença de políticos. A Entrevistada 4 destacou que: “Ao reunir mulheres lésbicas, feministas, homens gays, pessoas negras e até políticos como Luiza Erundina e Eduardo Suplicy, o protesto trouxe à tona a existência e a resistência das mulheres lésbicas” (Entrevistada 4, 2025).

Durante o ato, um manifesto foi lido, resultando em um pedido de desculpas da administração do bar e na autorização para a venda dos panfletos (França, 2020). Esse evento se tornou "a primeira manifestação lésbica brasileira" (Pereira, 2019) e inspirou outros grupos LGBTQI+ e feministas a reafirmarem sua luta e dignidade. Como mencionou a Entrevistada 4, desde o *Lampião de Esquina*, o primeiro jornal da comunidade, já vinham acontecendo eventos culturais, mas o protesto no Ferro's Bar foi o primeiro organizado exclusivamente por mulheres.



Sabendo disso, buscamos entender, por meio das experiências das frequentadoras do bar e da comunidade, as mudanças que ocorreram após esse evento, particularmente em relação à visibilidade e ao impacto da manifestação nas décadas seguintes.

3.3. Mudanças e impactos após este evento

Após o levante no Ferro's Bar, ocorreram significativas mudanças tanto na percepção pública quanto na organização da comunidade LGBTQIA+. A Entrevistada 1 observou que, embora a repressão ainda estivesse presente, houve uma redução nas perseguições mais violentas, como batidas e agressões físicas perpetradas pelos militares. A entrada de advogados e políticos na causa trouxe maior proteção legal e conferiu legitimidade às manifestações (Entrevistada 1, 2025).

Além disso, a comunidade LGBTQIA+ começou a se organizar de maneira mais estruturada, com espaços de reunião, distribuição de jornais como o *Chanacomchana* e a formação de grupos ativistas, embora, em muitos casos, esses grupos fossem restritos e frequentemente secretos. Essa organização deu um novo fôlego à militância e à construção de uma identidade coletiva, conforme a Entrevistada 4 ressaltou, afirmando que, apesar da continuidade da repressão, o evento foi crucial para colocar a pauta lésbica no debate público. Segundo ela:

(...) muitas mulheres passaram a se reconhecer e se entender a partir desse momento. Era o começo de uma nova história. Você vai engatinhando e engatinhando, até que finalmente você se levanta e sai andando." (Entrevistada 4, 2025).

Dessa forma, o processo de resistência e visibilidade gerado pelo levante teve impactos duradouros tanto na sociedade quanto na forma como a comunidade lésbica passou a ser reconhecida. A Entrevistada 3 destacou que a luta das mulheres lésbicas foi fundamental para garantir os primeiros passos rumo à liberdade, e que essas conquistas continuam a reverberar na sociedade atual, onde relações e expressões de afeto entre pessoas do mesmo sexo são cada vez mais visíveis e aceitas.



Hoje, pessoas do mesmo sexo se beijam em lugares públicos, podem andar de mãos dadas, elas frequentam o mesmo lugar que pessoas heteros, enfim, elas podem viver com dignidade, sem precisar se esconder. Esses eventos foram tudo para a comunidade lésbica (Entrevistada 3, 2025).

A manifestação no Ferro's Bar representou um marco de visibilidade para uma comunidade historicamente marginalizada. Como mencionou a Entrevistada 2, “Ali foi um começo. Um grito de resistência e existência. Eu existo, estou aqui, olhem por mim.” O evento consolidou a presença das mulheres lésbicas no espaço público e reforçou sua importância dentro do movimento homossexual (Entrevistada 2, 2025).

Embora as mudanças não tenham sido imediatas, esse levante teve um impacto profundo na luta pela dignidade e pelos direitos das pessoas lésbicas. Como resultado dessa ação vitoriosa, a data de 19 de agosto foi proposta como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, simbolizando um importante passo na busca pela visibilidade e pelos direitos da comunidade lésbica no Brasil (Oliveira, 2017, p. 12).

Considerações finais

Com base nas narrativas das entrevistadas, é claro que o período da ditadura militar instaurou um regime de vigilância e repressão que impôs sérias limitações às formas de convivência e expressão das mulheres lésbicas. Essa repressão, somada ao constante apagamento de suas identidades dentro do movimento LGBTQIA+ e do feminismo da época, reflete uma longa trajetória de invisibilização e marginalização da população lésbica na história oficial do Brasil. Conforme destaca Facchini (2005), a luta do movimento lésbico não se limitou apenas à resistência contra a repressão estatal, mas também envolveu a luta contra a exclusão dentro dos próprios espaços de resistência social.

A análise das entrevistas revelou que a manifestação no Ferro's Bar foi um marco significativo na luta pela visibilidade das mulheres lésbicas. As entrevistadas destacaram que, apesar da repressão e do medo, o evento representou um grito coletivo de resistência e existência, iniciando um processo gradual de reconhecimento da comunidade lésbica. Embora a visibilidade tenha sido conquistada, isso não garantiu de imediato os direitos ou a segurança das participantes.



O evento é lembrado como um ato de coragem e resistência, cujas repercussões perduram até hoje. As entrevistadas, que frequentaram o bar antes e depois da manifestação, hoje estão engajadas em diversas iniciativas sociais, como ONGs LGBTQIA+ e movimentos em prol de causas animais. Muitas delas, que na época temiam se envolver devido à repressão, agora têm a liberdade de apoiar causas com as quais se identificam.

Além disso, a manifestação desempenhou um papel crucial na criação de espaços coletivos e na organização da comunidade lésbica, fortalecendo a militância e dando a muitas mulheres a sensação de fazer parte de algo maior. Embora a sociedade não tenha mudado imediatamente, surgiu um novo sentimento de mobilização e luta.

Portanto, o Levante do Ferro's Bar foi um marco essencial na construção da identidade lésbica e no processo de mobilização social, cujos efeitos ainda reverberam. Esta pesquisa, ao resgatar essas memórias, contribui para a valorização de uma história fundamental na formação do movimento LGBTQIA+ no Brasil. O registro dessas narrativas é essencial para entender como a manifestação não só fortaleceu a identidade lésbica, mas também impulsionou a luta por direitos e visibilidade, destacando a importância de documentar esses eventos como parte do legado cultural e social do país

Referências

BABADOS DA HORA. Visibilidade lésbica e a história do Ferro's Bar. **Museu Basjubá**, 29 ago. 2020. Disponível em: <https://museubajuba.org/visibilidade-lesbica-e-a-historia-do-ferros-bar/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Flora Villas. Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro's Bar como lugares de memória LGBTQIA+. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 17, n. 2, jul./dez. 2023.

CHANACOMCHANA (São Paulo). **Chanacomchana**. São Paulo: GALF, 1981.



DREYFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** São Paulo: Vozes, 1981.

EDDINE, E. A. C. *et al.* The alternative media ChanacomChana and Lampião da Esquina: a trajectory of resistance, identity, and visibility. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, e18010313233, 2021.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Niterói: UFF, 2005.

FALQUET, Juliana. **A construção da identidade lésbica no Brasil: diálogos entre feminismo e lesbianismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2010.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 125-148.

FERREIRA, C. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Alterjor**, ano 1, v. 1, ed. 1, p. 1-13, jan./dez. 2010.

FRANÇA, Fanny Spina. Orgulho lésbico: a memória da revolta do Ferro's Bar e reflexões para as lésbicas do presente. **Instituto de Estudos de Gênero da UFSC**, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/3030>. Acesso em: 1 nov. 2024.

GETZ, Donald. **Event studies: theory, research and policy for planned events.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

GETZ, Donald. **Festivals, special events and tourism.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1991a.

GETZ, Donald. Special events. In: MEDLIK, S. (org.). **Managing tourism.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 1991b.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HAUBERT, Mariana. Dez avanços e dez desafios homossexuais. **Homorrealidade**, 7 jan. 2012. Disponível em: www.homorrealidade.com.br. Acesso em: 6 nov. 2024.

HISTÓRIA E CULTURA: Artigos Livres e Resenhas, v. 10, n. 2, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.example.com>. Acesso em: 25 ago. 2025.

IRE *et al.* Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, C. S. *et al.* (orgs.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).** Curitiba: Appris, 2019. p. 185-208.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais.** São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.



LHOMOND, Daniel. **A revolução sexual e suas consequências**. São Paulo: Editora XYZ, 2009.

MATTOS, André L. R. R. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

MAIA, L. P. *et al.* Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 1, n. 3, p. 29, 2013.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MELO, Fernando de Almeida. **A ditadura militar no Brasil**: história, memória e resistência. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MORETTI-PIRES, R. O. *et al.* Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampion da Esquina” (1978-1981). **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 1-13, 2018.

NUNES, Desiree dos Reis Santos; WOLFF, Laura. **Corpo, sexualidade e política**: ensaios sobre a revolução sexual e a resistência. Curitiba: Appris, 2020.

OSTI, Linda; McCARTNEY, Glenn. From cultural events to sport events: a case study of cultural authenticity in the Dragon Boat Races. **Journal Sport & Tourism**, v. 12, n. 1, p. 25-40, 2007.

PEITA. **O Levante do Ferro's Bar**. Peita, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://peita.me/blogs/putablog/o-levante-do-ferros-bar>. Acesso em: 31 out. 2024.

PEREIRA, Joseane. Levante ao Ferro's Bar: o Stonewall brasileiro. **Aventuras na História**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>. Acesso em: 1 nov. 2024.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985). *Periódicos*, n. 7, v. 1, p. 06-19, maio/out. 2017.

SANTOS, Desiree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos**: planejamento e operacionalização. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.